

## CULTURA HISTÓRICA, CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E IDENTIDADE: CONTRIBUIÇÕES CONCEITUAIS PARA INVESTIGAÇÕES SOBRE FORMAÇÃO HISTÓRICA DOCENTE

Wilian Junior Bonete<sup>i</sup>

Rafael Reinaldo Freitas<sup>ii</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo analisar os conceitos de cultura histórica, consciência histórica e identidade e apontar as suas contribuições para o desenvolvimento de pesquisas que abordam temáticas sobre a Formação Histórica de Professores de História. Nossas reflexões inserem-se no âmbito das pesquisas sobre o Ensino de História e pautam-se especificamente na perspectiva dos debates gerados no campo investigativo da Didática da História alemã. Neste sentido, apresentamos três trabalhos acadêmicos realizados em programas de Pós-Graduação *strictu sensu*, no Brasil, no intuito de verificar como os autores fizeram uso dos conceitos aqui propostos, seus referenciais teórico-metodológicos e as considerações finais sobre a experiência realizada.

**Palavras-Chave:** Cultura Histórica; Consciência Histórica; Identidade; Ensino de História; Didática da História.

**Abstract:** This article aims to analyze the concepts of historical culture, historical consciousness, identity and identify their contributions to the development of research about historical formation of teachers. Our reflections come within the scope of research about History Teaching and geared specifically from the perspective of debates generated in the investigative field of Germany's Didactics of History. In this sense, we present three academic works in Post Graduate Programs in Brazil, to see how the authors made use of the concepts proposed here, the theoretical and methodological frameworks and the final considerations about the experience made.

**Keywords:** History Culture; Historical Consciousness; Identity; History Teaching; Didactic of History.

### Introdução

Este artigo empreende uma análise acerca dos conceitos de cultura histórica, consciência histórica e identidade e busca apontar suas contribuições para o desenvolvimento de investigações que abordam temáticas relativas a formação histórica de professores de História. Nossa perspectiva insere-se no quadro das reflexões sobre o Ensino de História, que ao longo das últimas três décadas, tem se estabelecido como um fértil campo de pesquisa que contempla investigações sob

diversas óticas teórico-metodológicas. Os pesquisadores têm buscado novas perspectivas de interpretação e produção de saberes, sobretudo no diálogo com diferentes áreas do saber como a Sociologia, Antropologia, Geografia, Psicologia, dentre outras.

Panoramas como os de Ernesta Zamboni (2005) e Daniel Knoll (2014) demonstram que há diferentes comunidades de investigadores que tomam por objeto o ensino e aprendizagem da História e partem do princípio da necessidade de se construir fundamentos que respondam a perguntas como: para que serve a História? Qual é o papel do historiador? Qual a importância da História para a vida humana? Ronaldo Cardoso Alves (2011, p.21) afirma que tais questionamentos revelam a necessidade de se pensar e construir um referencial de História que permita as pessoas a construírem suas identidades e colocarem-se de forma autônoma diante dos problemas de orientação temporal nos diversos espaços da sociedade.

Os questionamentos acerca da função social da História e suas relações com a vida humana prática também podem ser pensados e analisados de acordo com o olhar do professor. Neste sentido, pergunta-se: o que os docentes pensam sobre a História? Quais significados atribuem ao ensino de História? Quais são os elementos constitutivos do seu pensamento histórico? Tais preocupações estão presentes em muitos trabalhos que investigam a formação de professores de História no Brasil.

Daniel Knoll realizou um levantamento estatístico acerca das pesquisas brasileiras relacionadas à formação histórica de professores de História e constatou uma mudança na abordagem teórico-metodológica. Um primeiro exemplo pode ser visto no Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História – ENPEH – ocorrido em 2012. Segundo o autor, dos seis trabalhos que faziam menção a formação de professores de História, um deles utilizou o conceito de saberes docentes, um utilizou a memória de professores de História e os outros quatro trabalhos utilizaram o conceito de consciência histórica a partir da teoria de Jörn Rüsen. Um segundo exemplo são os trabalhos desenvolvidos no âmbito dos Programas de Pós-Graduação, principalmente de Educação, acerca da formação de professores. Daniel Knoll percebeu uma gama de trabalhos que partem do referencial epistemológico da Didática da História em sua vertente alemã e dos estudos advindos do campo da Educação Histórica. (KNOLL, 2014, p.38).

Com base nesse quadro inicial, propomos uma análise acerca dos conceitos de cultura histórica, consciência histórica e identidade a partir das formulações teóricas de Jörn Rüsen (2001; 2007; 2012; 2014) e apoiado nas reflexões de Estevão Chaves de Rezende Martins (2007), Maria Auxiliadora Schmidt (2012), Kátia Abud (2014), Ronaldo Cardoso Alves (2011) e Oldimar Cardoso (2008), no intuito de apontar como esses conceitos podem ser utilizados em pesquisas que visam identificar e analisar o processo de formação de identidade e formação histórica docente.

No primeiro momento do artigo apresentamos uma definição sobre o campo investigativo da Didática da História e abordamos os conceitos de cultura história e consciência histórica. No segundo momento discorremos sobre o conceito de identidade e sua relação com a aprendizagem histórica. No último momento apresentamos três trabalhos realizados em programas de pós-graduação *strictu sensu* a fim de apontar como os conceitos aqui relacionados são utilizados em tais pesquisas.

### **Conceitos centrais no campo da Didática da História: consciência histórica e cultura histórica**

O conceito de Didática é freqüentemente associado ao conjunto de métodos e técnicas de ensino no ambiente escolar, isto é, um tema subordinado à área da Educação, sem vínculos com a pesquisa em História. (CARDOSO, 2008). Kátia Abud (2014, p.89) aponta que tal concepção é proveniente do século 17 a partir da obra de Comenius intitulada *Didactica Magna* que concebia a didática como uma parte da Pedagogia. Nesta perspectiva, caberia a essa disciplina estabelecer regras e modelos aos professores, desde a maneira de se portar em sala de aula, como prender a atenção dos alunos, modos de utilizar o quadro negro, esquemas pedagógicos, dentre outras atribuições. No século 20, novas reflexões foram realizadas acerca da didática e suas relações com as disciplinas escolares. Nesse sentido, Kátia Abud aponta os trabalhos de André Chervel (1990) que renovaram os estudos das disciplinas, salientando a autonomia relativa a cada disciplina enquanto campo próprio de pesquisa.

Por outro lado, a Didática da História – *Geschichtsdidaktik* –, gestada na Alemanha, é uma disciplina específica que traz no centro de suas preocupações a

questão da formação histórica dos indivíduos na sociedade. Embora possua fortes relações com a História ensinada nas escolas, esse campo não investiga apenas as situações de aprendizagem em sala de aula, mas sim todas as expressões da cultura e da consciência histórica dentro e fora da sala de aula. (CARDOSO, 2008, p.165). Nos termos de Klaus Bergmann (1990, p.29), a Didática da História indaga sobre o caráter efetivo, possível e necessário dos processos de ensino e aprendizagem e formativos da História. Por meio da consciência histórica, direciona seu foco no significado da História na sociedade, na produção, circulação e utilização social dos conhecimentos históricos.

A Didática da História configura-se, assim, como uma disciplina especializada em tratar do conhecimento histórico em diversos setores sociais, e não necessariamente o ambiente acadêmico. Ela estuda e busca caminhos para levar o produto da pesquisa histórica em diversas formas de raciocínio, sem limitar seu campo de atuação à escola e “isso inclui o papel da História e as representações nos meios de comunicação de massa; ela considera as possibilidades e limites das representações históricas visuais em museus e explora diversos campos.” (RUSEN, 2010, p. 32-33). Dessa forma, para compreender o tipo ideal de ensinar História, no pensamento rüseniano, é necessário primeiramente discernir sobre a aprendizagem histórica.

Conforme Rüsen (2010, p.43), *“Aprender História é um processo mental de construção de sentido sobre a experiência do tempo através da narrativa histórica, na qual as competências para tal narrativa surgem e se desenvolvem.”*. Destrinchando tal passagem, aprender História, através de uma didática que tenha a consciência histórica como objeto central, significa direcionar o olhar para os processos mentais fundamentais de seu objeto. Experimentar, interpretar e orientar-se são unificadas em forma de pensamento histórico através da narrativa (RÜSEN, 2001). É mediante a narrativa que a consciência histórica pode ser explicitada e ganha sofisticação através da constituição de sentido sobre a experiência do tempo. O aprendizado histórico permite o sujeito a se relacionar com o saber histórico de forma consciente, ao passo que possibilita a interpretação e a problematização deste saber para finalmente utilizá-lo na vida prática.

Jörn Rüsen (2012, p. 72) concebe a Didática da História como a ciência do aprendizado histórico. Neste sentido, o autor afirma que pode ser realizada uma subdivisão coerente e consistente da Didática da História que possibilita a

organização de trabalhos relacionando a ciência da História, a partir da perspectiva de que a aprendizagem histórica é possível de ser investigada nas formas: Empírica, Normativa e Pragmática.

- **Empírica:** refere-se à questão do que é a aprendizagem histórica; analisa os processos reais de manifestação de suas condições, formas, resultados, o seu papel no processo de individualização socialização humana. Busca identificar os fatores determinantes da aprendizagem histórica e esclarecer as suas relações sistemáticas.
- **Normativa:** levanta a questão do que deve ser ensinado, investiga os pontos de vista de que ela, por meio do ensino, deve influenciar, planejar, moldar, dirigir e controlar.
- **Pragmática:** levanta-se a questão de como a aprendizagem histórica pode ser organizada de acordo com os planos e metas pré-determinadas, e analisa também as estratégias do aprendizado histórico. Aqui está incluso a literatura de prática da sala de aula e a experiência prática dos professores.

De acordo com os pressupostos de Jörn Rüsen, o ponto de partida e a extensão da Didática da História são sempre os processos de aprendizado necessários para a vida prática, isto é, onde as experiências do passado são internalizadas como orientação da vida prática. Desse modo, o passado é elevado à consciência e transformado em modo interpretativo do presente.

Jörn Rüsen (2012, p.121) afirma que o aprendizado histórico tem um lado externo e um interno. O lado externo diz respeito às instituições e organizações, à forma das ações que perfazem o aprendizado e as condições que entrelaçam, tais como a escola, a burocracia, as diretrizes, os livros escolares, os museus, as exposições e todo o empreendimento cultural que trata de História. Isso tudo pode ser resumido, segundo autor, no conceito de “cultura histórica” (que será discutido mais adiante).

Jörn Rüsen (2012, p.70) aponta que, com essa expansão da área de competência do ensino de História para a análise global de todas as formas e funções da consciência histórica, a Didática da História desenvolveu um auto-

entendimento com o qual ela se apresenta como relativamente autônoma, como uma sub-disciplina da ciência da História, com a sua própria área de pesquisa e ensino, com seus próprios métodos e com a sua própria função. Segundo o autor, isso ocorre devido à função de orientação que o conhecimento histórico exerce na vida prática humana e a Didática da História pode contribuir com seus estudos para controlar essa função.

Em meio às finalidades da Didática da História, o conceito de consciência histórica é tomado como eixo central de suas investigações. Jörn Rüsen, principal referência nesse âmbito, define consciência histórica como sendo “*um conjunto de operações mentais pelas quais os homens orientam e interpretam sua experiência no tempo e no espaço, nas diversas circunstâncias da vida prática*”. (RÜSEN, 2001, p.57). Jörn Rüsen parte do pressuposto de que existe uma necessidade das pessoas em construir uma ideia de ordem temporal que resista aos obstáculos da contingência em detrimento as atividades cotidianas e uma ordem equilibrada diante das mudanças. O homem deve agir intencionalmente no mundo para viver não o tomando como naturalizado, mas sim construído historicamente. O ser humano precisa interpretar mundo em que vive, de acordo com suas intenções e objetivos de modo a transformar sua realidade, pois, o agir é um procedimento que está na base da manutenção da vida humana.

Na sociedade em constante movimento, o ser humano é instigado a buscar de maneira desenfreada a concretização de suas metas e objetivos. Para isso, se projeta para além de sua realidade, isto é, para além do que a experiência lhe mostra. Ocorre, um “superávit intencional” como propulsor de suas ações, resultado da experiência do agir e do sofrer humano no tempo que se processa baseado em dois modos de consciência do tempo: o tempo como experiência e o tempo como intenção. Esse processo também pode ser entendido de forma dialética, pois, ao passo que o homem sofre a ação do tempo e nele age, fica a mercê da perda e atribuição de sentido. Por este motivo, pode-se dizer que determinadas “carências estruturais” geram simultaneamente novas carências a serem interpretadas.

É importante destacar que a consciência histórica para Jörn Rüsen (2001) não é um privilégio de indivíduos capazes de pensar à História, mas algo inerente a existência humana. Luis Fernando Cerri (2011, p. 29) comenta que a base do pensamento histórico antes de ser cultural ou opcional, é natural, vai desde o

nascimento até a velhice, sendo esses, os parâmetros que permitem a percepção da noção do tempo e sua passagem.

Assim, nas palavras de Jörn Rüsen,

(...) a consciência histórica não é algo que os homens podem ter ou não – ela é algo universalmente humano, dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida prática dos homens. A consciência histórica enraíza-se, pois, na historicidade intrínseca a própria vida humana prática. Essa historicidade consiste no fato de que os homens, no diálogo com a natureza, com os demais homens e consigo mesmos, acerca do que sejam eles próprios e seu mundo, tem metas que vão além do que é o caso. (RÜSEN, 2001, p.78).

Nessa mesma direção Jörn Rüsen (2001, p. 54) propõe que as operações mentais da consciência histórica na memória podem ser designadas como *constituição do sentido da experiência do tempo*. Esse é um processo da consciência onde a relação dinâmica entre experiência e intenção se realiza no processo da vida humana. É preciso, no entanto, saber fazer a distinção entre esses dois modos de tempo. O termo “sentido” é uma operação mental, cuja finalidade é promover essa síntese.

O tempo é experimentado pelo homem como um obstáculo ao seu agir em todo momento, embora isso não o impeça de querer realizar seus intentos. A consciência histórica, estipuladora do equilíbrio nessa corda bamba, exerce uma função que transcende o passado, pois a capacidade ao recordar é desencadeada pelo impulso das experiências do tempo presente, ou seja, da inserção dos seres humanos na história e sua necessidade de orientação no decurso temporal. Nas palavras de Jörn Rüsen,

Não há outra forma de pensar a consciência histórica, pois ela é o local em que o passado é levado a falar – e o passado só vem a falar quando questionado; e a questão que o faz falar origina-se da carência de orientação da vida prática atual diante das virulentas experiências do tempo. (RÜSEN, 2001, p. 63).

Todavia, consciência histórica é um conceito que não possui relação apenas com o ensino de História, mas cobre todas as formas de pensamento histórico, pois, é através dela que se experiencia o passado e o interpreta como História. Sua análise cobre os estudos históricos, bem como o uso e a função da História na vida pública e privada. (RÜSEN, 2006, p.14).

Jörn Rüsen (2012) explicita que a consciência histórica não foi aleatoriamente escolhida como categoria central na Didática da História. Pelo contrário, sua orientação disciplinar como objeto para essa área é muito consistente diante da questão de como a História é ensinada e aprendida. Nesse caso, leva em consideração que a consciência histórica está direcionada a organização dos fatores do ensino e aprendizagem, e divide-se em dois aspectos:

(...) em **primeiro lugar** trata-se de trazer o lado subjetivo que todos os professores e alunos de história têm, a tal ponto que ele não possa apenas ser transportado ou transmitido, mas referem-se sempre, e ao mesmo tempo, a processos determinados de individualização e socialização, nos quais a autocompreensão histórica do sujeito afetado forma sua identidade, por meio de experiências históricas seletivas, normativas e de uma apropriação significativa. **Ao mesmo tempo**, trata-se de deixar aparecer sobre a folha da vida prática humana, um princípio organizador (principalmente do ponto de vista escolar), do ensino e a aprendizagem de história. Isso significa reconhecer sua constituição por meio da presença e orientação objetiva da memória histórica não-organizada, que desempenha um papel importante no equilíbrio mental e cultural de um indivíduo. (RÜSEN, 2012, p.71. Grifos nossos).

A História, enquanto conteúdo da consciência histórica representa o nexo significativo entre as três dimensões temporais: o passado e a forma como ele é interpretado, o presente e como ele é vivido, o futuro e como ele é configurado. (RÜSEN, 2010, p.57; PAIS, 1999). Entretanto, a História não possui um sentido independente daquele que as pessoas lhe atribuem. Assim, uma investigação acerca da consciência histórica consiste no empenho de identificar e analisar como as pessoas vêm e convivem com o passado, uma vez que o utilizam como conhecimento. Segundo José Machado Pais (1999, p.1), o que está presente na consciência histórica são múltiplas representações e, no final, são elas que conferem sentido à História.

Até este momento procuramos apresentar a relação entre o campo investigativo da Didática da História e sua relação com a consciência histórica. Pode-se conceber que a Didática da História não se ocupa apenas com a História ensinada em sala de aula, mas em todos os contextos sociais onde ela circula. Diante de tal perspectiva, a Didática da História tem por objetivo investigar a cultura histórica em todas as suas particularidades e no contexto geral da vida em sociedade. Desse modo, segundo Jörn Rüsen (2012), o ensino de História

permanece a vista, uma vez que ele é uma das instituições mais importantes da cultura histórica, e é, como tal, determinado de modo especial pelo aprendizado.

Nas palavras de Jörn Rüsen,

Cultura histórica nada mais é, de início, do que o campo da interpretação do mundo e de si mesmo, pelo ser humano, no qual devem efetivar-se as operações de constituição de sentido da experiência do tempo, determinantes da consciência histórica humana. É nesse campo que os sujeitos agentes e padecentes logram orientar-se em meio as mudanças temporais de si próprios e de seu mundo. (RÜSEN, 2007, p.121).

Maria Auxiliadora Schmidt (2012, p.96) corrobora a afirmação de Jörn Rüsen, destacando que a cultura histórica (entendida como uma categoria de análise), permite compreender a produção e os usos da História no espaço público na sociedade atual. Refere-se a um fenômeno que envolve os debates acadêmicos fora do círculo dos especialistas e a grande sensibilidade do público face o uso de argumentos históricos para fins políticos. Desse processo, segundo a autora, fazem parte os embates, enfrentamentos e aproximações entre as diversas pesquisas acadêmicas, o ensino escolar, a conservação de monumentos, museus e as muitas instituições que buscam uma aproximação comum do passado.

Nessa linha argumentativa, o historiador Estevão Rezende Martins reflete sobre o papel da História em relação à cultura histórica. Para o autor, a História, componente comum a todas as culturas, centra-se na articulação temporal dos seres humanos com o processo de sua formação no passado, do seu agir no presente e projeção no futuro. O ser humano define-se substantivamente como um ser para cuja existência, para cujo sentido de ser, é indispensável vincular-se a consciência do todo (sociedade) com a consciência de si. É o conjunto que serve de referência para situações particulares do indivíduo, manifesta no contraste inicial e incontornável da descoberta do outro, não apenas na diferença física ou psicológica, mas também na História e na cultura. (MARTINS, 2007, p.32).

Estevão Rezende Martins (2007, p.33) afirma ainda que a História exprime a cultura dimensionada no tempo. Assim, mentalidade, consciência, espírito, cultura, fazem parte da relação ativa entre o sujeito e o espaço onde está inserido e consigo mesmo, no qual o mundo e o sujeito têm de ser objeto de interpretação no âmbito da vida prática. A cultura histórica, conforme Jörn Rüsen (2007) se expressa em três

dimensões, articuladas entre si, cujo resultado é o fornecimento de identidades. Apresenta-se na sociedade em três formas: estética, político-moral e cognitiva.

A dimensão estética da cultura histórica aparece aos seres humanos em suas estruturas artísticas. A literatura, o teatro, novela, o romance, a poesia, arquitetura, pintura e tantas outras manifestações artísticas representam aspectos relativos a experiência humana nos diversos tempos e espaços e são portadoras de significados. Nessa perspectiva, não se trata de procurar o histórico no estético, mas a presença do estético no histórico, tornando-o visível como algo primordial para a expressão cultural. (RÜSEN, 2007; ALVES, 2011).

A dimensão política da cultura histórica expressa que toda forma de organização política e institucional da sociedade são construções históricas, uma vez que se alimentam de experiências humanas representadas em ações simbólicas gerados de sentidos aquelas que compartilham de concepções a elas subjacentes. Estevão Rezende Martins (2007, p.36) corrobora a concepção de Jörn Rusen (2007) afirmando que “a legitimidade é a aptidão estrutural do sistema político para receber adesão, supondo-se que os mecanismos de sua justificação encontram base (real ou forjada) na memória histórica da coletividade”. A consciência histórica, nessa dimensão, possibilita aos seres humanos o poder de legitimidade referente aos discursos a ações políticas na vida prática.

A terceira dimensão da cultura histórica refere-se ao aspecto cognitivo. Na sociedade contemporânea, em pleno desenvolvimento tecnológico e científico, é fundamental criar mecanismos que gerem coerência que permitam a seleção de experiências a serem interpretadas a fim de se obter orientação temporal. A História desempenha papel primordial nesse processo seletivo e interpretativo, uma vez que possibilitam a construção de parâmetros de análise do material produzido culturalmente. (RÜSEN, 2007; ALVES, 2011).

A articulação das três dimensões da cultura histórica exerce influência direta no cotidiano dos indivíduos em sociedade. Ronaldo Cardoso Alves (2011, p.33) comenta que, o entrelaçamento entre as dimensões: estética, política e cognitiva pode gerar, tanto manipulação ideológica ou mesmo relativismo ético e moral, quanto pode converter-se em propostas que comportem concepções de mundo no qual o respeito à dignidade humana, o acolhimento da diversidade e os princípios da liberdade e igualdade sejam plenamente vivenciados.

## Identidade e aprendizagem histórica

A cultura histórica, em sua tríplice dimensão, apresenta-se a todos os seres humanos e o produto desse encontro corresponde à formação de identidades, memórias, representações temporais, símbolos, ideologias, dentre muitos outros elementos que influenciam e moldam diretamente a história de cada um. A consciência histórica, por sua vez, atua nesse contexto como fornecedora de sentido as ações humanas à medida que todos se deparam com uma carga cultural que lhe precede e também prescreve tradições e modelos. Estes podem ser seguidos, questionados, relidos, transformados de acordo com a forma pela qual cada um aplica seu pensamento histórico, consciente, à vida. (ALVES, 2011, p.30).

Os seres humanos exercem sua ação prática no tempo mediante o ato narrativo, que é por um lado a forma e expressão da consciência histórica, e por outro é o modo de constituição de sua identidade. A esse respeito, Jörn Rüsen (2001, p.65) destaca que a experiência do tempo é sempre uma perda iminente da identidade humana. A capacidade dos homens de agir depende do modo como fazem valer a si próprios na relação com os “outros”. O ser humano tem de interpretar as mudanças temporais para que possam continuar seguros de si. A resistência humana a perda de si e seu esforço de auto-afirmação constituem-se como identidade mediante *representações da continuidade*,

(...) com as quais relacionam as experiências do tempo com as intenções do tempo: a medida da plausibilidade e da consistência dessa relação, ou seja, o critério de sentido para a constituição de representações abrangentes da continuidade é a permanência de si mesmos na evolução do tempo. A narrativa histórica é um meio de constituição da identidade humana. (RÜSEN, 2001, p.66).

A aprendizagem histórica, através da experiência, alarga a possibilidade de orientação em um processo de percepção de contingência de mudança entre o passado e o presente. Desse modo, o passado pode ser entendido e relativizado em constante comparação com o presente e incita o sujeito a reconhecer o “eu” dentre as diversas modificações humanas ao longo do tempo. A possibilidade do encontro da identidade em meio às transformações faz com que a competência de encontrar significados, mediante o reconhecimento de si e do outro, ganhe forma de

interpretação e de posicionamento crítico transformando o modelo de interpretação tradicional em exemplar, e os exemplares em genéticos.

No tocante a orientação, pode-se diferenciar (artificialmente duas dimensões, uma interna que trata da subjetividade humana, e de sua coerência temporal entre futuro e passado, e uma externa, na qual as circunstâncias e questões da vida prática atuam e se desenrolam com determinação temporal. (RÜSEN, 2014, p.268). Segundo Jörn Rüsen, a dimensão interna da orientação temporal costuma ser caracterizada e acessada com a categoria identidade. Com referência ao tempo, a identidade representa a proporção exata da coerência de que os seres humanos necessitam, na mudança temporal da autocompreensão humana, para, orientados na cultura ou na determinação de sentido conferir intencionalidade ao seu agir, no cotidiano, na sociedade.

A identidade aglutina a experiência consigo mesma e o projeto de si mesmo enquanto duração do próprio eu ou nós de tal maneira que a experiência de se estar exposto, da contingência e da morte possam ser suportadas e superadas na forma de um agir que acontece, ao mesmo tempo, de modo normativamente, motivado e apoiado na experiência. Essa identidade permite situar socialmente os sujeitos. Com suas concepções de coerência, eles se delimitam em relação a outros, ganhando significância social mediante o pertencimento. (RÜSEN, 2014, p.268).

As atividades mentais de formação de sentido à vida prática seguem uma lógica que sintetiza previamente estes três elementos: explicação de “interconexões”, direcionamento normativo da vida humana para “objetivos” e estabelecimento de uma relação retroativa de ambos com autoentendimento dos sujeitos sobre sua “identidade”. Os três elementos são determinados por referências temporais: “(...) a experiência de mudança temporal pretérita pela vida da memoração, projeção de perspectivas futuras mediante a expectativa e duração do próprio eu na intersecção de ambos como presente vivo”. (RÜSEN, 2014, p.268-269).

Nesse ponto, é fundamental o entendimento do conceito do que é aprender História. Em suma, aprender História é adquirir e reviver o passado humano, de forma interpretativa que permita um posicionamento consciente da experiência humana a fim de possibilitar a constituição de sentido a essas interpretações para utilizá-la de forma orientadora da vida prática. (RÜSEN, 2007, p. 110). Tomar consciência é, portanto, a compreensão do mundo através dos estímulos aos

sentidos, que por sua vez movimenta as operações mentais condicionadas pela visão de mundo individual e coletiva e faz o sujeito se relacionar com seu entorno.

A consciência histórica abrange questões de fundo indenitário. É motivada pela necessidade de definição da identidade individual e coletiva – “quem somos nós”, de onde viemos e como nossa origem nos define hoje”. (CERRI, 2011, p. 12). A consciência histórica permite entender o homem e a mulher através da ontologia, a necessidade de perceber-se, face as mudanças de si e de seus condescendentes, são levados a transformar o tempo universal em tempo individual, transformando-se, até que surjam outras questões. Contudo,

(...) não basta esse impulso irrecorrível de agir; é necessário saber para onde agir, e essa é a busca por sentido inerente a todo ser humano e à sua história, que se liga à história da coletividade. Temos a necessidade constante de atribuir sentido ao tempo, às origens do mundo, do nosso grupo e da humanidade. (CERRI, 2011, p. 13-14).

Com base nessa explanação, entende-se que no movimento inexorável entre a “cultura histórica” e “consciência histórica”, tempo e a mudança são tidos positivamente como chance de superar o tempo natural dando uma maior perspectiva ao futuro. No que tange a narrativa histórica em seu tipo genético, multiperspectivado, a experiência humana ganha uma dimensão temporal onde a divergência de identidades é condensada nos diferentes posicionamentos, ideias e existências.

A consciência histórica constituída através do sentido genético não age pela mera superação do passado estático, cujas regras e orientações ao agir são determinantes e opressores a qualquer projeção futura de mudança. Pelo contrário, a mudança, a negação e a crítica são apresentadas como motores. Já na História, enquanto Ciência, são vistos como um meio para alcançar o consenso. (RUSEN, 2007, p. 58-60). Ao optar por estes ideais, o pensamento histórico científico fornece um discurso histórico onde o sujeito encontra sua individualidade através do entendimento da identidade coletiva a qual está inserida, e ao mesmo tempo possibilita o reconhecimento de diferentes identidades e coexistência de diversas culturas. (RUSEN, 2007, p. 61-63).

**Contribuições conceituais: investigações sobre formação histórica de professores**

Nesse último momento do artigo, procuramos refletir sobre as contribuições que os conceitos aqui tratados – consciência histórica, cultura histórica e identidade – podem oferecer para as investigações que abordam temáticas relativas à formação de professores de História. Para tanto, trazemos em tela três trabalhos que foram produzidos em programas de Pós-Graduação em Educação *strictu sensu*, e apontar a forma como os pesquisadores fizeram usos dos conceitos para construir suas análises.

Daniel Knoll (2014, p.41), ao elaborar um panorama histórico de pesquisa, afirma que é visível uma mudança no que tange a perspectiva teórica dos trabalhos que tomam por objeto de análise os professores de História. Para o autor, isso é indicativo de uma mudança na forma como os pesquisadores estão pensando a própria ciência investigativa. Essa perspectiva teórica, entendida como o campo da Didática da História, tem crescido gradativamente nos últimos anos e tem utilizado, sobretudo, a Teoria da História alemã, utilizada no Brasil principalmente por intermédio das obras de Jörn Rüsen.

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Didática da História analisam como alunos e professores se apropriam do passado. Em outras palavras, como o interpretam e atribuem sentido ao passado em função de suas necessidades de orientação nas diversas circunstâncias da vida prática. Para Daniel Knoll (2014, p.42), é uma forma de mostrar que existe uma apropriação do passado que é diferente da apropriação que os historiadores fazem, contudo possui suas próprias características. Nesse sentido, é importante destacar que a Didática da História é um campo investigativo amplo, vai além da Metodologia do Ensino de História e da História escolar. Trata-se de analisar as formas científicas de utilizações sociais da História, bem como as formas não científicas, sempre utilizando a Teoria da História como referencial para empreender tais análises.

Nessa perspectiva, Caroline Pacievitch (2007) realizou um trabalho intitulado “*Nem sacerdotes, nem guerrilheiros: professores de História e os processos de consciência histórica na construção de identidades*”, defendido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Parte dos dados (fontes) da pesquisa baseou-se em entrevistas com professores de História escolhidos a partir de contatos prévios, considerando a diversidade de trajetórias pessoais entre eles. Os entrevistados preencheram fichas com seus

dados pessoais, envolvendo vida familiar e profissional. Com esses dados, a autora realizou diversas sessões de entrevista com cada um deles, coletando suas narrativas de história de vida e, posteriormente, solicitando exercícios de articulação entre a história pessoal e a história mais ampla e de articulação entre passado, presente e futuro nessas histórias. Os participantes foram solicitados a mencionar histórias e processos históricos significativos para seu trabalho, como professores de história e sua vida em geral. O roteiro da entrevista também envolveu o aspecto da ação do sujeito e seus resultados, uma vez que nessas representações se condensam e traduzem as concepções referentes ao tempo, construídas, praticadas e reconstruídas.

No que concerne ao referencial para análise das entrevistas, Caroline Pacievitch (2007) utilizou o quadro da tipologia da consciência histórica (ou modos de geração de sentido histórico) de Jörn Rüsen e o quadro de configurações temporais com as quais as pessoas se relacionam para a produção das suas narrativas, de Agnes Heller (1993). Esse referencial teórico-metodológico possibilitou a autora levantar elementos para refletir sobre as formas de orientação utilizadas pelos entrevistados. Ao final, a autora constatou que os professores, de maneira geral, lançaram mão de três pilares de sentido que possuem estruturas temporais entre si: o conhecimento histórico, a utopia política e a religiosidade, freqüentemente ordenados num todo temporal coerente. Cada unidade de sentido auxilia a sustentar a outra, buscando criar estratégias de ação que permitam manter (ou modificar, se necessário) suas identidades frente às mudanças. Quanto aos conteúdos apreendidos pelos professores no momento da formação inicial, a autora indaga que eles não retornam de maneira pura no decorrer da prática. No entanto, esses conhecimentos não desaparecem, mas são ressignificados, recolocados e transformados conforme se mostrem úteis para a tarefa de atribuir significados. (PACIEVITCH, 2007, p. 178-180).

Caroline Pacievitch (2007, p.182) também destaca que o conhecimento histórico e os conteúdos adquiridos na universidade, bem como as atitudes de seus professores, compõem as partes mais importantes para a constituição das identidades dos participantes da pesquisa. A autora percebeu que as identidades dos professores não foram concebidas de forma estática, mas sim mescladas, complexas, ora admitindo estereótipos, no entanto, sempre na busca de reconstrução e significação de si mesmos e do mundo.

Nessa mesma linha investigativa, Astrogildo Fernandes Junior (2012), em sua tese de doutorado intitulada: “*Identidades e consciência histórica de jovens estudantes e professores de História: um estudo em escolas do meio rural e urbano*”, defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), procurou identificar e analisar os aspectos determinantes do processo de construção da identidade e da consciência histórica de professores de História em escolas dos municípios de Araguari, Uberlândia e Patos de Minas, no estado de Minas Gerais.

Com base nos pressupostos da Didática da História, e da metodologia da História Oral, o autor elaborou entrevistas com professores e gestores das escolas, que englobaram questões acerca da vida pessoal, espaços de formação, processos do vir a ser professor, experiências e relações sociais em sala de aula. Nas narrativas dos professores foram constatados fortes influências religiosas, ideológicas, políticas e culturais, tanto no pensamento, quanto nas suas práticas de ensino, sendo todas elas relacionadas ao lugar de vivência de cada indivíduo. Nesse sentido, Astrogildo Fernandes Junior, tal como Caroline Pacievitch (2007), constatou que, na medida em que o sujeito interage com o seu “eu” e a sociedade, vai sofrendo influências de outras pessoas, valores, símbolos e outras identidades que esse ambiente lhe oferece, modificando assim, a sua própria identidade. (DA SILVA JUNIOR, 2012, p.190).

A preocupação acerca das identidades, saberes e a formação dos professores de História conduzem-nos a pensar nas relações que os sujeitos estabelecem entre suas experiências, a cultura histórica o qual está imerso e as tomadas de decisões a partir de suas interpretações e atribuições de sentido as três dimensões temporais: o passado e a forma como ele é interpretado; o presente e como ele é vivido; o futuro e como ele é configurado. Esse movimento compõe o bojo dos princípios constitutivos do que denominamos ao longo desse artigo como consciência histórica.

Por último, apresentamos o trabalho do já citado autor Daniel Knoll (2014) intitulado “*O Paradigma da Didática da História: um estudo sobre a identidade histórica docente*” defendido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo (USP). O autor buscou analisar os enfoques didáticos, conceituados como identidade histórica docente, de uma professora de História da rede pública de Educação do estado de São Paulo. Tais

enfoques foram investigados utilizando uma metodologia de análise acerca das relações temporais que a professora desencadeou na sua prática docente.

Para tanto, Daniel Knoll utilizou o conceito de consciência histórica, a partir das formulações de Jörn Rüsen, por entender que o trabalho em sala de aula parte de relações temporais, isto é

(...) a experiência do fazer docente interpreta as dificuldades do presente, as carências de orientação temporais impostas pelas dificuldades do presente e faz com que o professor se volte para o passado tentando entender o que acontece em seu cotidiano presente, transformando suas ações pautadas em princípios norteados pelo horizonte de expectativas sobre o futuro. (KNOLL, 2014, p.53-54).

Outro conceito utilizado com base em Jörn Rüsen foi o de identidade, por considerar que a professora decide o que o fazer na aula de História de acordo com a concepção de si mesma em relação aos outros. Em outros termos, Daniel Knoll afirma que o trabalho da professora pesquisada, é pautado em sua identidade docente, que é múltipla e variável de acordo com cada concepção de “outro” que a professora constrói durante o contato cotidiano com alunos, na sua prática docente.

Para identificar e analisar a identidade docente e as escolhas das ações didáticas na aula de História, Daniel Knoll fez uso de um questionário baseado no projeto *Youth and History* (ANGVIK; BORRIES, 1997), mas adaptado para a realidade trabalhada. Tal questionário, segundo autor, foi importante porque revelou informações sobre a docente pesquisada como: tempo de carreira, experiência, expectativas em relação aos alunos, opiniões sobre a História e sobre o que os alunos pensam sobre a História. Tal questionário foi o primeiro passo e as respostas conduziram a realização de uma entrevista semiestruturada.

Nessa entrevista, a professora pode discorrer sobre os enfoques em sua didática, mostrou seu pensamento acerca dos alunos, o que acredita ser melhor para eles e de que forma trabalha para buscar com que tais alunos melhorem naquilo que é necessário. Por fim, o autor concluiu que o sentido que a professora atribui para o Ensino de História e a Identidade Histórica Docente é um sentido prioritariamente político, no qual a avaliação das necessidades dos alunos e do papel da docente determina todo o restante das ações didáticas durante a aula de História.

## **Considerações finais**

Ao longo desse artigo abordamos três conceitos basilares no campo investigativo da Didática da História, a saber: cultura histórica, consciência histórica e identidade, e procuramos refletir sobre quais contribuições conceituais eles poderiam oferecer às pesquisas que envolvem temáticas relativas a formação histórica de professores. As reflexões aqui presentes pautaram-se nas formulações teóricas de Jörn Rüsen que tem fornecido referências para pensar as relações entre História, ensino de História e vida prática.

Nesse sentido, concebemos, a partir de Jörn Rüsen, que a consciência histórica é inerente a todo ser humano e consiste na forma pela qual homens e mulheres interpretam suas experiências no tempo, no espaço, e atribuem sentido a vida prática. Por meio da consciência histórica podemos observar como as pessoas convivem com o seu passado, o transformam em conhecimento e conferem sentido à História.

A cultura histórica foi apresentada como um campo onde a consciência histórica exerce seu papel de orientação e constituição de sentido, mediante o ato narrativo. É na cultura histórica, em sua tríplice dimensão, que podemos compreender o uso social da História em diversos espaços, sejam eles acadêmicos ou não. Além disso, os elementos presentes na cultura histórica fornecem imagens, representações, símbolos, ideologias e principalmente, são formadoras de identidades.

Jörn Rüsen conceitua identidade como sendo a auto-afirmação do ser humano no mundo mediante as representações da continuidade. A identidade humana engloba experiências, frustrações, sofrimentos, êxitos, visões de mundo e formas de interpretação da vida em sociedade. A aprendizagem histórica contribui para o alargamento das possibilidades de orientação mediante as mudanças temporais (entre passado e presente) e o reconhecimento do outro.

A partir desses três conceitos explicitados, procuramos verificar suas possíveis contribuições nas pesquisas sobre formação histórica de professores. Nessa direção optamos por apresentar três trabalhos acadêmicos produzidos em diferentes universidades brasileiras que fizeram uso de tais conceitos. Percebemos assim que o conceito de consciência histórica permite investigar a subjetividade do

professor de História, permite acessar empiricamente seus saberes históricos e seu pensamento a respeito da História e sua função social.

Os saberes históricos docentes são entendidos pelos autores das pesquisas como advindos das relações estabelecidas com os diversos elementos da cultura histórica como política, religião, conhecimento, educação, economia, dentre outros. Esses elementos, por sua vez, são fundamentais na constituição da identidade histórica docente. Os investigadores perceberam que as ações didáticas dos professores em sala de aula pautam-se pela forma como vêem o mundo, a sociedade e suas contradições. Além disso, as experiências resultantes da cultura histórica exercem influências e modificações nas identidades dos professores.

Por fim, entendemos que esses conceitos abrem novas perspectivas para análises sobre formação histórica de professores, uma vez que permitem refletir sobre a subjetividade humana, e por meio de instrumentos de pesquisa, permitem captar os saberes históricos presentes na consciência histórica.

## REFERÊNCIAS

- ABUD, Kátia. Didática da História: uma contribuição para o debate na Educação Histórica. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora M. (et. al.). *Passados possíveis: a Educação Histórica em debate*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014.
- ALVES, Ronaldo Cardoso. *Aprender História com Sentido para a Vida: consciência histórica em estudantes brasileiros e portugueses*. 2011. 322 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- ANGVIK, M. BORRIES, BODO VON. *Youth and History: a comparative European survey on historical and political attitudes among adolescents*. Hamburg: Korber Foundation, 1997.
- BERGMANN, Klaus. “A História na Reflexão Didática”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, n. 19, p. 29-42, set/fev1990.
- CARDOSO, Oldimar Pontes. “Para uma definição de didática da história”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, n. 55, p. 153-170, jun.2008.
- CERRI, Luis Fernando. *Ensino de História e Consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

- CHERVEL, A. "História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa". *Teoria e Educação*. Porto Alegre, nº 2, p. 177-229, 1990.
- DA SILVA JUNIOR, Astrogildo Fernandes. *Identidades e consciência histórica de jovens estudantes e professores de história: um estudo em escolas do meio rural e urbano*. 2012, 340 f. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.
- HELLER, Agnes. *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- KNOLL, Daniel Carlos. *O paradigma da Didática da História: um estudo sobre a identidade histórica docente*. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- MARTINS, Estevão de Rezende. *Cultura e Poder*. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- PACIEVITCH, Caroline. *Consciência Histórica e Identidade de Professores de História*. 2007. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Setor de Ciências, Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007.
- PAIS, José Machado. *A consciência histórica e identidade: os jovens portugueses num contexto europeu*. Oeiras: Celta: 1999.
- RÜSEN, Jörn. *Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas*. Curitiba: W.A. Editores, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- \_\_\_\_\_. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. *Práxis Educativa*. Ponta Grossa, v.1, n.2, p.07-17, jul/dez 2006.
- \_\_\_\_\_. *História Viva: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora da UNB, 2007.
- \_\_\_\_\_. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa a consciência moral. In: SCHMIDT, Maria; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão (Org.). *Jörn Rüsen e o Ensino de História*. Curitiba: Editora UFPR, 2010a, p. 51-77.
- \_\_\_\_\_. *Razão histórica*. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora M. Cultura histórica e cultura escolar: diálogos a partir da Educação histórica. *Hist. R.* Goiânia, v.17, n.1, p.91-104, jan/jun. 2012.

ZAMBONI, Ernesta. Encontros nacionais de pesquisadores de história: perspectivas.

In: ARIAS NETO, José Miguel (org.). *Dez anos de pesquisas em ensino de história*. Londrina: AtritoArt, 2005. p. 37-49.

## NOTAS

---

<sup>i</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) na linha de pesquisa "Ensino de História, Memória e Patrimônio" sob orientação da Prof. Dr<sup>a</sup>. Kátia Abud. Bolsista CAPES. Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEI), na linha de pesquisa História e Ensino. Graduado em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) com trabalho de conclusão de curso na área de Ensino de História. Atua como docente no Ensino Superior e Educação Básica na cidade de Guarapuava, PR.

<sup>ii</sup> Graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe (2013), desenvolve atividades de pesquisa em nível de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Fronza. Bolsista CAPES. Possui experiência em Gestão Escolar, no ensino de História para os anos finais do Ensino Fundamental. Tem interesse nas áreas de História e Educação, com ênfase em ensino de História, Educação Histórica e Jogos Eletrônicos, e Teoria da História.

Received on June 29, 2015.

Accept on August 10, 2015.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.